

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES
DE SEIS TURMAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO
DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE – MS**

Helder Sousa Pimenta (UEMS)

helder.pimenta@yahoo.com.br

Maria Leda Pinto (UEMS)

leda@uems.br

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar um relato de experiência de seis tempos de aula a seis turmas de primeiro ano do ensino médio do colégio militar de Campo Grande sobre o tema variação linguística, fundamentado nos estudos da sociolinguística de autores como Bagno, Marcuschi e Antunes. Esse é um assunto de grande relevância para o público heterogêneo que frequenta, atualmente, o ensino básico. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e o Exame Nacional do Ensino Médio demonstram essa importância, conferindo destaque ao tema. A proposta da atividade relatada consistiu, basicamente, em solicitar aos alunos que realizassem pesquisas, por intermédio, principalmente, de coleta de informações, relativas à variedade linguística falada em uma região do Brasil escolhida pelo próprio grupo, e a questões históricas, geográficas, sociais e políticas que influenciam a cultura daquele local e, consequentemente, os usos da língua. A importância da consciência, por parte do público discente, da heterogeneidade da língua e dos fatores sociais que influenciam essas diferenças tem relevância para que os alunos que vêm de realidades culturais e linguísticas não escolarizadas não se sintam menosprezados por sua cultura familiar, e para que não sejam cultivadas, entre os estudantes, ideias e hábitos preconceituosos, o que é inaceitável em ambiente escolar e deve ser combatido em toda a sociedade. Essa abordagem é significativa no contexto em que esta pesquisa foi realizada, tendo em vista que se trata de um colégio do ensino básico que recebe alunos de diversas regiões do país. Os resultados foram satisfatórios no sentido de conscientizar os alunos sobre importantes aspectos relativos à variação linguística.

Palavras-chave: Variação linguística. Sociolinguística. Ensino médio. Ensino básico.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo realizar um relato de experiência de seis tempos de aula a seis turmas de primeiro ano do ensino médio do Colégio Militar de Campo Grande sobre o tema *variação linguística*, fundamentado nos estudos da sociolinguística de autores como Bagno, Marcuschi e Antunes. Esse é um assunto de grande relevância pa-

ra o público heterogêneo que frequenta, atualmente, o ensino básico. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e o Exame Nacional do Ensino Médio demonstram essa importância, conferindo destaque ao tema.

A proposta da atividade relatada consistiu, basicamente, em solicitar aos alunos que realizassem pesquisas, por intermédio, principalmente, de coleta de informações, relativas à variedade linguística falada em uma região do Brasil escolhida pelo próprio grupo, e a questões históricas, geográficas, sociais e políticas que influenciam a cultura daquele local e, conseqüentemente, os usos da língua. A importância da consciência, por parte do público discente, da heterogeneidade da língua e dos fatores sociais que influenciam essas diferenças tem relevância para que os alunos que vêm de realidades culturais e linguísticas não escolarizadas não se sintam menosprezados por sua cultura familiar, e para que não sejam cultivadas, entre os estudantes, ideias e hábitos preconceituosos, o que é inaceitável em ambiente escolar e deve ser combatido em toda a sociedade.

Essa abordagem é significativa no contexto em que esta pesquisa foi realizada, tendo em vista que se trata de um colégio do ensino básico que recebe alunos de diversas regiões do país. Os resultados foram satisfatórios no sentido de conscientizar os alunos sobre importantes aspectos relativos à variação linguística.

2. Fundamentação teórica

O ensino de gramática normativa descontextualizada é insuficiente para atender às necessidades comunicativas dos alunos. O conhecimento das normas gramaticais é uma ferramenta indispensável para que o aluno possa utilizar a língua em suas variedades mais formais, mas o trabalho com a língua materna em sala de aula deve extrapolar os limites da nomenclatura gramatical. Chegou-se a essa conclusão quando os estudiosos passaram a ter consciência de que os conhecimentos linguísticos não podem estar restritos ao domínio de aspectos estruturais da língua, mas devem atender às diversas necessidades comunicativas, com o intuito de possibilitar ao falante interagir com seus interlocutores em diferentes situações de uso. Surgiu, então, o conceito de *letramento*.

Letramento é um termo utilizado para designar o uso da leitura e da escrita no contexto das práticas sociais. Para que os alunos desenvolvam tal habilidade, são necessários conhecimentos relativos a elementos

de textualidade, a semântica, a estilística, enfim, noções que vão muito além das meramente estruturais. A construção desses conhecimentos é progressiva, e não se deve, portanto, encarar o letramento como um produto. A concepção de letramento, se abordada como *produto*, pressupõe algo acabado, pronto para o uso. Partindo-se desse princípio, poderíamos dizer que o sujeito que fosse possuidor do letramento como produto seria apto a valer-se da linguagem em qualquer situação comunicativa, algo praticamente impossível de se conceber, haja vista as múltiplas situações de uso da linguagem com que o indivíduo pode se deparar no decorrer de sua vida.

A adoção da concepção de letramento como *processo*, diferentemente da ideia anterior, resulta da visão do letramento como um contínuo. A partir, desse conceito, conforme Soares (2006),

as escolas podem fazer uso de avaliações e medições em vários pontos do contínuo que é o letramento, avaliando de maneira progressiva a aquisição de habilidades, de conhecimento, de usos sociais e culturais da leitura e da escrita, evitando, assim, o problema de ter de escolher um único ponto do contínuo para distinguir um aluno letrado de um iletrado, uma criança alfabetizada de uma não alfabetizada. (SOARES, 2006, p. 84)

A escola deve, cada vez mais, adotar a segunda concepção de letramento, entendendo que a construção de habilidades linguísticas é constante e progressiva. Um meio eficaz de praticarmos essa ideia em sala de aula é o trabalho com gêneros textuais orais e escritos. Tais gêneros, conforme Bakhtin (1992, *apud* KOCK, 2006), são “tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente”, por meio dos quais se manifestam todas as situações comunicativas verbais.

Uma possibilidade de abordagem é a proposta de trabalhos com gêneros textuais tendo por base seu escopo social, valendo-se não apenas de gêneros clássicos, mas trabalhando também com materiais atuais, como jornais e revistas, que podem ser muito úteis como ponto de partida para a construção de outros gêneros orais ou escritos. A escolha dos textos não deve ser aleatória: deve-se levar em consideração a idade dos alunos, sua competência linguística adquirida, suas necessidades de conhecimento para a participação social, a possibilidade de utilização efetiva do gênero trabalhado etc. À medida que progredirem a idade, a competência e as necessidades dos alunos, o professor trabalhará com novos textos, valendo-se, dessa forma, do conceito de letramento como processo.

É importante deixar claro que a proposta de trabalho com gêneros

textuais não pressupõe o abandono do ensino de gramática normativa. Há quem compreenda, equivocadamente, que, em função de uma pretensa democratização do ensino, deva-se abolir o estudo das normas gramaticais em prol de um trabalho estritamente pragmático. O problema, caso seja adotada essa conduta, é que o aluno que é privado do ensino de gramática normativa não possuirá a seu dispor as ferramentas necessárias para fazer uso da língua em situações formais, as quais não podem prescindir dos conhecimentos normativos. A escola precisa oferecer ao aluno conhecimentos que extrapolem o repertório de que ele já dispõe, sob pena de incorrer em uma injustiça, justamente na tentativa de levar em consideração o seu contexto social. O ensino de gramática normativa não é elitista; é, ao contrário, democratizante. Seu conhecimento é um direito ao qual todos os cidadãos fazem jus. A crítica que se faz ao ensino de língua materna baseado exclusivamente em conceitos estruturais é que esse tipo de prática pedagógica não leva em consideração os usos, que, afinal, determinam as formas. As novas concepções de ensino, portanto, baseiam-se em aspectos pragmáticos, mas não deixam de lado aspectos normativos, os quais constituem ferramentas imprescindíveis para a leitura e para a produção de textos, principalmente os de maior grau de formalidade.

O ensino de língua portuguesa deve, portanto, partir de uma perspectiva semântico-discursiva, priorizando o letramento, objetivando o desenvolvimento de competências de leitura e escrita. Deve-se, para isso, promover uma abordagem linguístico-textual da reflexão e do uso. Esse tipo de prática pressupõe uma concepção de língua como fenômeno heterogêneo, haja vista que os textos reais, que circulam socialmente, apresentam diferentes registros de uso, determinados pelos diversos graus de formalidade exigidos pelas situações comunicativas.

Além da variação de grau de formalidade (também denominada variação diafásica), textos reais variam em função do local onde são produzidos (variação diatópica), da época de sua produção (variação diacrônica) e da classe social de quem os produz (variação diastrática). O conhecimento dessas características, relacionadas a qualquer língua, deve levar o professor a algumas reflexões. Primeiramente, é relevante que o educador, consciente de que a variação linguística ocorre em função de diversos aspectos, entre os quais os mencionados anteriormente, proporcione aos alunos condições para que estes possam compreender e interpretar textos reais que são influenciados pela já mencionada variação. Além disso, o professor deve ter consciência de que o aluno também so-

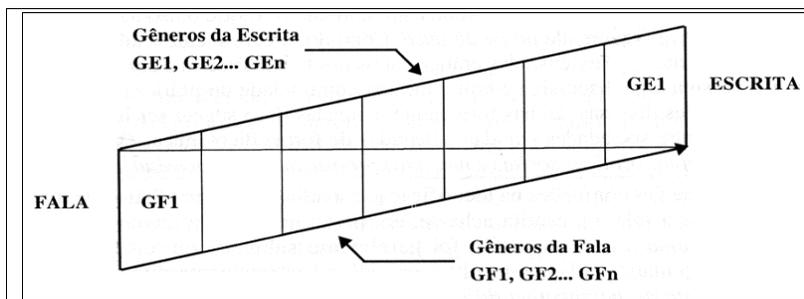
fre influência do meio cultural no qual está inserido, e que todas essas condições de produção exercem influência sobre o texto produzido pelo discente.

O educador deve sempre ter em mente que o aluno, como sujeito em formação que é, já chega à sala de aula exposto a determinadas realidades culturais e linguísticas, e que esse conhecimento prévio influenciara no modo como ele lidará com a realidade que lhe for apresentada pela escola. Ciente dessa situação, o professor deve mediar o trabalho com os conteúdos escolares sem sufocar a realidade cultural do aluno, mas, ao contrário, buscando valorizá-la, para que ela dialogue com os novos conhecimentos. Tal atitude propiciará a formação de alunos que não serão meros reprodutores de uma realidade antiga e estranha a eles, mas cocriadores de uma nova realidade sociocultural.

Varição linguística é um tema tão relevante que está entre os principais temas abordados pela sociolinguística, além de constar nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Recebemos, no ambiente escolar, um público cada vez mais heterogêneo, sob diversos aspectos. Nas últimas cinco ou seis décadas, o perfil do alunado e do professorado sofreu alterações consideráveis. O ensino, que antes era restrito a uma pequena parcela da população, passou por uma “democratização”, pelo menos no que se refere ao acesso. Em função desse crescimento do público discente, houve uma maior demanda por profissionais docentes. Essa popularização do ensino trouxe algumas consequências, do ponto de vista de sua qualidade: como o magistério é uma das profissões menos atraentes, do ponto de vista financeiro, para os profissionais com curso superior, os cursos de licenciatura, normalmente, são procurados por pessoas com poucas oportunidades, advindas das classes populares. O ensino público é relegado, por razões óbvias, a um segundo plano.

Consequentemente, todo o público que frequenta a escola é extremamente influenciado por fatores de variação linguística, daí a importância de se relacionar o ensino de língua com as questões sociais: se realmente temos por objetivo que o aluno tenha condições de interagir satisfatoriamente nos diferentes eventos de letramento aos quais ele estará sujeito no decorrer de sua vida, temos que mostrar-lhe as diferentes situações em que os enunciados linguísticos reais se manifestarão, proporcionando-lhe o direito de interagir nas diversas situações (inclusive nas mais formais); todavia, sem desvalorizar a realidade cultural da qual ele é proveniente. Deve-se ter a consciência, antes de tudo, que a variação linguística também é determinada por fatores extralinguísticos, como ori-

gem geográfica, *status* socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo etc. Mas, principalmente, pelo grau de formalidade da situação comunicativa. Tanto a modalidade escrita quanto a modalidade oral da língua variam em um contínuo de graus de formalidade. Se temos, por um lado, uma escrita formal (encontrada em textos científicos, jornalísticos, entre outros), temos, na outra extremidade desse contínuo, uma escrita informal (verificada em bilhetes pessoais ou em comunicações síncronas via *internet*, por exemplo). Tal conceito aplica-se também à fala: se, em nosso cotidiano, utilizamos uma fala informal, espontânea, em situações mais formais procuramos utilizar uma fala que se aproxime mais da norma padrão. Marcuschi (2007, p. 38) representa da seguinte forma a fala e a escrita no contínuo dos gêneros textuais:



Fonte: Marcuschi, (2007, p. 38).

Na representação do autor, GF1 seria um gênero de fala prototípico (ou seja, fala informal). Já GE1 seria um gênero prototípico de escrita (escrita formal). O grau de formalidade aumenta à medida que o gráfico ascende.

A variação não é, portanto, exclusividade de falantes não escolarizados. Ela ocorre na fala e na escrita dos falantes de uma língua, de modo geral. O que acontece é que algumas variedades são estigmatizadas, em detrimento de outras. Na maioria dos casos, as variedades utilizadas por quem tem melhores condições financeiras, mesmo em situações informais, são prestigiadas em detrimento das variedades faladas e escritas pelas chamadas classes populares. Esse conceito aplica-se não só a uma pequena comunidade de falantes, mas também a países inteiros: as variedades de uma língua oficial, inclusive do ponto de vista fonético, utilizadas nos grandes centros, normalmente são valorizadas e tidas como parâmetros, enquanto as demais, utilizadas no interior ou em estados de menor relevância econômica, são estigmatizadas. Geraldi (2015) defende uma

concepção coletiva de linguagem, que é construída sócio-historicamente, por uma comunidade de falantes. A linguagem seria heterogênea, processual (em constante construção) e materializada por intermédio das interações entre os sujeitos. O autor chama a atenção para as relações entre linguagem e poder, ao afirmar que as variedades de prestígio sempre foram as das elites econômicas, e que as línguas dos povos conquistadores sempre se impuseram sobre as dos povos conquistados. Existe, portanto, uma relação íntima entre o uso da linguagem e o exercício do poder, e o professor deve refletir profundamente sobre tal relação para que ele não se torne, no acontecimento de sua aula, um instrumento de perpetuação de desigualdades sociais, as quais, no âmbito do uso da língua, silenciam uma minoria desprivilegiada socialmente em função da imposição da variedade de prestígio por uma minoria abastada. O professor deve ter consciência da heterogeneidade da língua para, a partir desse conceito, dar voz aos alunos que possuem conhecimentos prévios diferentes dos comumente valorizados pela escola e reduzir essa distinção histórica que é, infelizmente, muitas vezes perpetuada pelo próprio ensino.

3. Caracterização da escola

O presente trabalho foi realizado no Colégio Militar de Campo Grande, administrado pelo Exército Brasileiro, estabelecimento público federal de ensino básico com características peculiares. O Sistema Colégio Militar do Brasil foi criado no século XIX, com a fundação do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1889, tendo como principal objetivo atender aos órfãos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O sistema conta atualmente com doze colégios, sendo que o décimo-terceiro tem previsão de início de funcionamento para o ano de 2016, na cidade de Belém – PA. O planejamento pedagógico é realizado, de forma centralizada, por integrantes dos próprios colégios, e o calendário é organizado de modo que, em caso de necessidade, um aluno possa iniciar seu ano letivo em um colégio do sistema e terminá-lo em outro, sem prejuízo do aprendizado. Passados vários anos de sua fundação, o Sistema Colégio Militar do Brasil continua com seu caráter assistencial: a maior parte de seu público discente é formada por filhos de militares, provenientes de diferentes regiões do país. O público docente também é bastante diversificado: aproximadamente metade do efetivo de professores é formada por profissionais civis de carreira do magistério federal, enquanto os profissionais restantes são professores militares, vindos, também, de diferentes regiões. É um ambiente, portanto, extremamente rico para o trabalho com

variação linguística.

Além de se tratar de um ambiente propício para a realização de um trabalho sobre o tema em questão, existe uma necessidade muito grande de valorização da cultura dos alunos: muitos deles apresentam dificuldades iniciais de adaptação, em vista de estarem em um ambiente completamente distinto do meio familiar ao qual estavam acostumados. Se, além das dificuldades naturalmente enfrentadas por quem precisa se adaptar a um novo ambiente, os alunos se depararem com os obstáculos do preconceito linguístico e cultural, essa adaptação será ainda mais prejudicada, e poderão advir consequências de caráter psicológico e cognitivo. Atividades que valorizem as variedades utilizadas por alunos de diferentes regiões terão um efeito positivo na autoestima e, conseqüentemente, no aprendizado dos alunos.

Há, ainda, outro aspecto que contribui para a heterogeneidade que as turmas dos Colégios Militares: além de atender aos filhos de militares, o sistema contempla crianças da comunidade local, as quais passam por um processo seletivo de ingresso no sexto ano do ensino fundamental. Os alunos aprovados nesse processo seletivo, normalmente muito concorrido, apresentam um excelente domínio das habilidades e competências requeridas para aquele ano escolar. Já os filhos de militares transferidos, os quais podem ser matriculados em qualquer ano do ensino fundamental ou médio, apresentam diferentes níveis de conhecimento. Alguns apresentam dificuldades extremas, em função, em boa parte dos casos, do ensino de má qualidade ao qual foram submetidos durante suas vidas escolares. Muitos acabam desistindo do ensino nos colégios militares e se transferindo para escolas públicas da rede estadual, para evitar a jubilação resultante de duas reprovações. Para esses alunos, em especial, é importante o trabalho com variação linguística: as dificuldades apresentadas por eles, que na maioria dos casos são resultantes de um ensino fraco, podem ser atribuídas, por pessoas desinformadas, à realidade cultural da qual eles são provenientes, haja vista que muitos alunos com deficiência em sua formação são provenientes de regiões pobres e estigmatizadas cultural e linguisticamente. Um bom trabalho de conscientização quanto à variação linguística, além de proporcionar a todos um conhecimento importante acerca da realidade da língua, evita que o preconceito e a baixa autoestima das vítimas dessa situação sejam um empecilho a mais para o aprendizado dos alunos que enfrentam esse problema.

4. Descrição da experiência

A experiência aqui relatada foi realizada em seis turmas do primeiro ano do ensino médio no ano de 2014, e seu planejamento e sua execução foram realizados pelo autor deste artigo, em conjunto com a professora Cladair Cândida Gomes, com quem eram divididas as turmas supramencionadas. A primeira aula foi iniciada com a proposta de uma discussão. Apresentamos-lhes alguns “mitos” do preconceito linguístico presentes no livro *Preconceito Linguístico* (BAGNO, 2004), como, por exemplo: “brasileiro não sabe português / só em Portugal se fala bem português”; “as pessoas sem instrução falam tudo errado”; e “o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. O tema polêmico rendeu boas discussões, devidamente mediadas pelos professores. À medida que as discussões evoluíram, passamos a induzi-los a algumas conclusões, as quais foram importantes para a compreensão dos pressupostos teóricos que seriam apresentados a seguir. É interessante mencionar que a tolerância dos alunos, mesmo antes de serem apresentados à teoria, à variação de cunho regional mostrou-se maior que a aceitação a outros tipos de variação. Isso demonstra consciência dos regionalismos linguísticos, provavelmente em função do convívio com indivíduos de diferentes localidades dentro do próprio colégio ou até mesmo às próprias histórias de vida dos alunos, tendo em vista que alguns já haviam residido em até quatro cidades diferentes, de diversos estados.

Após a discussão, apresentamos-lhes alguns conceitos teóricos, informando-lhes que a variação é um aspecto inerente a qualquer língua, e que ocorre nos níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático. A cada nível citado, solicitamos exemplos aos alunos, os quais imediatamente exemplificaram com palavras e expressões das diferentes regiões das quais eram provenientes ou onde haviam residido. Informamos a eles que a heterogeneidade linguística é vinculada à heterogeneidade social, e essa diferença é potencializada em um país extenso e socialmente desigual como o Brasil. Dissemos que os elementos que determinam a variação podem ser de ordem linguística (estrutural) ou extralinguística (social) ou uma combinação das duas. Afirmamos, ainda, que não existe falante que apresente um único estilo, e que, quanto maior for o seu conhecimento linguístico, maior a gama de estilos disponíveis, mais ou menos monitorados, dependendo da situação comunicativa. Aproveitamos a oportunidade para refletir sobre a importância dos conhecimentos de gramática normativa para o uso da língua em situações de maior grau de formalidade e, conseqüentemente,

maior monitoramento, e falamos, com base nessas reflexões, sobre os conceitos de adequação e inadequação, em que o nível de linguagem deve ser compatível com o grau de formalidade da situação comunicativa. Concluímos a aula com o poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade, o qual explora justamente a variação de grau de formalidade, questionando aspectos da colocação pronominal.

Iniciamos o segundo dia de aula com o *trailer* da comédia nacional “Cine Holliúdy”. Havíamos travado contato com esse filme meses antes, por intermédio de uma reportagem da revista *Língua*, de dezembro de 2013. Conforme a própria publicação:

Vocês vão assistir ao primeiro filme nacional falado em cearês, por isso, as legendas”. É com esse aviso inusitado para um filme nacional que se entra no clima de *Cine Holliúdy*, comédia que, antes de estrear em praças como São Paulo, em 15 de novembro deste 2013, atraiu mais de 330 mil espectadores no Ceará (de início exibido em só 10 salas), batendo *Bling Ring*, de Sofia Coppola, e *Smurfs 2* na média de público em agosto. Uma estreia que, em bom cearês, arrastou uma ‘ruma’ (monte) de gente com seu humor ‘fuleragem’ (descontraído), cheio ‘marmotas’ (gracejos).

Com sotaque e vocabulário tipicamente cearenses, o longa escrito e dirigido por Halder Gomes desfila piadas e situações conhecidas da terra de Chico Anysio e Renato Aragão. Conta a história de Francisgleydisson (Edimilson Filho), proprietário de um cinema no interior do Ceará nos anos 70, que se vale de criatividade para manter viva a Sétima Arte numa época em que o avanço da TV ameaçava as pequenas salas de exibição. (MURANO, 2013, p. 22)

O filme utiliza as legendas para que o público que não está acostumado às variedades populares utilizadas no Ceará possa acompanhar os diálogos. Todavia, em nenhum momento, a fala incrivelmente particular dos personagens soa forçada, estereotipada ou caricata, como costuma acontecer em produções desse tipo. O filme procura retratar aquele universo com autenticidade e respeito, e esse foi, provavelmente, um dos motivos do sucesso do filme, em especial nas salas de cinema do Nordeste.

O *trailer* despertou o interesse dos alunos, e, aproveitando a empolgação dos adolescentes com o assunto, propusemos um trabalho. A proposta foi a seguinte:

1. realização de uma pesquisa de termos e expressões utilizadas em uma região do país, a ser escolhida pelo grupo. A pesquisa deveria resultar em um glossário, que seria entregue ao professor e também distribuído aos colegas;
2. apresentação oral e escrita de aspectos socioculturais que enquadram a variedade escolhida para o trabalho (localização, influências linguísticas etc.); e
3. apresentação de uma cena teatral utilizando a variedade pesquisada.

Solicitamos aos alunos que escolhessem a região a ser pesquisada e cuidamos para que não houvesse repetição em uma mesma turma. De modo geral, os grupos escolheram uma região em que algum dos integrantes, ou até mesmo os pais de algum dos alunos, havia nascido. Marcamos a data da apresentação e nos prontificamos a acompanhar as pesquisas, em caso de necessidade.

Transcorrido o tempo estipulado para a pesquisa, realizaram-se as apresentações. Os grupos iniciaram com os aspectos socioculturais das regiões escolhidas, e além dos aspectos teóricos pesquisados, muitos alunos apresentaram-se com trajes típicos (que foram utilizados também nas dramatizações), alguns apresentaram pratos da culinária da região pesquisada, músicas, danças, enfim, uma série de elementos culturais que enriqueceram a apresentação do trabalho e os conhecimentos de todos. Após as apresentações, os grupos distribuíram glossários de palavras e expressões típicas das respectivas regiões, iniciando, em seguida, a encenação. Um dos grupos, que pesquisara sobre o Rio Grande do Sul, apresentou um diálogo em uma roda de chimarrão, com todos os integrantes vestidos com trajes típicos. Outro grupo apresentou uma situação cotidiana em uma feira em Pernambuco. Essa parte do trabalho mostrou-se bastante positiva porque os alunos, além de utilizarem as palavras e expressões pesquisadas, acompanhadas de os outros aspectos culturais selecionados, foram além, em termos linguísticos: os diálogos extrapolavam o aspecto da variação lexical, apresentando ainda hábitos fonéticos, sintáticos e pragmáticos das falas regionais. Outro ponto extremamente positivo observado pelos professores foi que as dramatizações, via de regra, apresentaram situações cômicas, sem, todavia, caracterizarem as falas de modo estereotipado ou pejorativo. Esse foi um indício importante de que

os alunos haviam compreendido os objetivos do trabalho: demonstrar a riqueza cultural (e, conseqüentemente, linguística) das diferentes regiões brasileiras e valorizar as culturas locais, de modo a elevar a autoestima dos alunos provenientes dessas e de outras regiões.

5. *Considerações finais*

As pesquisas propostas aos alunos permitiram que o assunto *variação linguística* fosse abordado de uma maneira prazerosa e extremamente enriquecedora. Mais que isso, permitiram que todos nós, alunos e professores, expandíssemos nossos conhecimentos a respeito da cultura do nosso país, e o resultado natural desse aprendizado foi o aumento de nossa consideração e de nossa admiração pelas diferentes manifestações culturais e linguísticas. Sabe-se que a relação entre língua e cultura é íntima: não há como conhecer plenamente uma manifestação linguística sem uma imersão na cultura local. Isso se aplica tanto a idiomas quanto a variedades de um idioma, pois as demandas de uso variam em função de questões sociais, regionais, etárias, situacionais etc. Por conseguinte, o orgulho nas diferentes culturas regionais proporcionado pelo trabalho (e pelo conhecimento prévio dos alunos e familiares sobre o tema proposto) foi extremamente edificante para todos os envolvidos.

Acredito que a experiência descrita neste trabalho tenha sido um divisor de águas para muitos alunos, pois estes tomaram consciência de uma realidade linguística de um modo lúdico e marcante, que provavelmente não será esquecido, não somente durante o restante de sua trajetória escolar, mas pelo transcorrer de suas vidas, influenciando atitudes e reduzindo preconceitos arraigados em nossa sociedade. Além disso, foi nítida a satisfação estampada no rosto de alguns alunos, os quais tiveram a oportunidade de dividir, com os colegas, questões culturais caras a eles. Essa é uma oportunidade ímpar em um mundo em que especialmente os adolescentes são extremamente influenciados pela cultura de massa. É relevante que a escola aproveite oportunidades como essa para valorizar e manter vivas manifestações culturais regionais.

Esse trabalho foi desenvolvido em um estabelecimento de ensino com características muito específicas, mas nada impede que seja aplicado em qualquer escola de ensino básico (talvez com algumas adaptações), haja vista que a heterogeneidade sociocultural é uma realidade em nossa sociedade e, conseqüentemente, em nossos bancos escolares.

A consciência da variação linguística abriu caminho para um trabalho mais detalhado com gêneros textuais de menor grau de formalidade, além de proporcionar uma melhor compreensão de elementos da literatura (principalmente a regional) que seriam estudados nos anos seguintes. Além disso, não tenho dúvida de que esse trabalho tenha sido positivo no sentido de elevar a autoestima de alunos recém-chegados de outras regiões, pois o que se valorizou com esse trabalho foi a variedade linguística utilizada por eles e por suas famílias, o que provavelmente fez com que eles mesmos se sentissem valorizados, sendo esse um aspecto importante para a adaptação desses adolescentes à nova realidade à qual foram submetidos. Esse é um ponto fundamental para o acontecimento das aulas de português: o professor deve ter a consciência de que o público discente é extremamente heterogêneo, de que cada aluno tem a sua história, e de que essa história influenciará profundamente o modo como esses sujeitos lidarão com a realidade que lhes for apresentada. E o modo como esses alunos se posicionarão como cidadãos será resultado de todas essas variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 29. ed., 2004.
- _____. *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: SEF/MEC, 1997.
- GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João, 2015.
- KOCK, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MURANO, Edgard. As marmotas do dialeto fulleragem. *Revista Língua*, São Paulo, ano 9, n. 8, p. 22-25, dez. 2013.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed., 11. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.